

Jornal Nacional e alfabetização: nada a ver?

Juvenal Zanchetta Júnior

UNESP – FCL Assis

RESUMO: O texto procura inicialmente observar situações comuns na fala dos adultos com as crianças. A partir daí, problematiza-se o papel da escola no tratamento da linguagem verbal. Entre as sugestões acerca do trabalho em sala de aula, propõe-se a atenção ao registro praticado na imprensa, como referência para o tratamento sistemático da linguagem verbal desde a Educação Infantil. Toma-se, como exemplo, o vocabulário utilizado pelo Jornal Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem oral. Linguagem escrita. Vocabulário. Ensino. Educação Infantil.

Introdução

Práticas bastante comuns na relação do adulto com a criança quanto ao uso da linguagem são as seguintes (entre outras):

- a) **Infantilização:** fala-se de maneira truncada, tentando imitar um suposto modo de falar das crianças pequenas.
- b) **Diminutivos:** insiste-se em falar com as crianças colocando as palavras no diminutivo, até mesmo como forma de equiparar os objetos ao “tamanho” das crianças (*‘que coisinha bonitinha...’*).
- c) **Frases truncadas:** uso, por parte do adulto, de frases completadas por gestos.
- d) **Monossílabos:** o adulto, no diálogo com crianças, utiliza, como resposta às indagações ou às considerações do interlocutor, expressões que apenas concordam ou discordam, em tom quase sentencioso.
- e) **Uso excessivo de expressões da linguagem popular** (a linguagem da feira e das ruas, como *É ruim, heim!, Sem chance!*).
- f) **Economia:** uso de frases em que prevalece a economia de recursos para o sentido final, como em *Nós foi lá...* (a concordância, na linguagem oral, é desnecessária, pois o pronome, por si mesmo, indica quem são os agentes).

Por um lado, essas ações expressam afetividade e proximidade com as crianças, ajudando a torná-las confiantes em relação ao uso da linguagem verbal. Essas práticas também refletem a plasticidade e a componente lúdica da linguagem verbal. Mas, por outro lado, e, principalmente em se tratando do cenário escolar, tais exercícios precisam ser circunstanciados, porque tais expedientes também dificultam o contato da criança com registros de maior prestígio social e daqueles mais próximos da linguagem escrita. Não significa, em hipótese alguma, que se deva “corrigir” a criança ou então que se deva falar a ela com “linguagem técnica ou protocolar”. O processo que leva ao código verbal, anteriormente ou mesmo na escola, passa por estágios vários. Respeitar e valorizar o exercício dialógico da criança é fundamental como princípio para o domínio dos códigos verbais, orais ou escritos. Segundo Marcuschi:

[...] além de respeitar a fala, é bom fazer ver que existem muitas formas de falar, seja do ponto de vista da variedade dialetal, da variedade socioletal ou então variedade de registros, sem deixar de lado a questão dos usos contextualmente variados, tal como a variação de gêneros textuais e de estilos que vão do mais informal nas conversas espontâneas com amigos em horas de descontração ou no dia a dia em geral, até o mais formal como... em [uma] situação cerimoniosa. A fala varia de acordo com os contextos de uso e as situações, os falantes, os objetivos, as relações interpessoais etc. Também varia de acordo com as profissões e as classes sociais. Postular a uniformidade linguística no desempenho oral é ignorar fato óbvio a qualquer observador atento, mesmo que não seja um cientista da linguagem. Não há como evitar a variação, seja dentro ou fora da sala de aula. (1998, p.145).

Nossa intenção não é a defesa da escrita alfabética desde a Educação Infantil, e também não se preconiza o uso indiscriminado de gêneros discursivos próprios da linguagem escrita com crianças em fase de alfabetização. A proposta é, tão somente, melhorar as formas de integração entre a língua escrita e a língua falada, ainda que a prática da linguagem escrita esteja mais adiante, na formação do aluno. E como fazer essa aproximação?

Uma das alternativas – e que mostra a complexidade da questão – está justamente na literatura de ficção e na poesia. Entre os textos de maior requinte estético, a aparente simplicidade da linguagem torna-os acessíveis aos adultos e às crianças. Nas páginas seguintes, oferecemos alternativa de aproximação da criança com o universo de gêneros mais próximos da escrita, amparada nas relações cotidianas.

Trata-se de aproximar o Jornal Nacional (JN), conhecido informativo de televisão, do processo de uso sistemático da linguagem verbal, dentro da escola, procurando sustentar a pertinência de se iniciar a formação dos jovens leitores, tomando como parâmetro suportes textuais de maior prestígio. Para chegarmos a essa proposição, é preciso, antes, revisitar um ponto importante: o estudo do vocabulário ou do repertório de linguagem da imprensa como sinônimo de linguagem de prestígio a ser evidenciada pela escola.

Sobre a pesquisa de vocabulário

O estudo de palavras é uma prática em desuso no meio acadêmico, por diversas razões. Primeiramente, trata-se de uma categoria que serve mais de perto à chamada gramática normativa e, portanto, à prática escolar e não aos estudos acadêmicos, e principalmente, aos estudos linguísticos. Em segundo lugar, o estudo lexicográfico, historicamente, está mais próximo das tendências formalistas ou monológicas dos estudos linguísticos, como o Estruturalismo baseado nas ideias de Saussure ou mesmo o Gerativismo, de Chomsky. A fixidez da língua como sistema relativamente “estável” garantiria algum conforto para a observação de seus elementos compositivos (no nosso caso, as palavras). Em terceiro lugar, as tendências mais próximas do dialogismo ou do funcionalismo, como a Análise do Discurso em suas diversas correntes, a Teoria da Enunciação, a Pragmática, a Sociolinguística, entre outras não tomam a palavra como categoria de análise. Para citar dois exemplos: a Linguística Textual observa o texto como unidade de sentido (diferentemente da gramática tradicional, que percebe a oração como unidade de sentido, dando maior visibilidade à palavra, portanto); já a Análise do Discurso de vertente francesa observa o traço ideológico das construções textuais, do qual a palavra colabora apenas na tessitura do fator político.

Entretanto, embora seja medida secundária ou inócua para as teorias dialógicas, as classes de palavras (categorização que nos interessa de perto como elemento de análise, como veremos adiante) não são recusadas ou substituídas de modo incontestado: significa dizer que substantivos e adjetivos são aspectos com relevância nocional para diversas das teorias funcionais.

Mesmo secundária para as correntes linguísticas contemporâneas baseadas no dialogismo, a palavra (sobretudo na sua divisão por classes) é ainda uma referência explícita para o jornalismo. A técnica jornalística se utiliza fartamente da

categorização de palavras para a prática cotidiana de produção de seus textos. Eis algumas delas, que tomamos como representativas da prática de se tomar a palavra como medida, baseadas em reconhecidos manuais de redação jornalística (ERBOLATO, 1991; BAHIA, 1990; MACIEL, 1995):

- a) **A noção de concisão do texto jornalístico:** textos devem ser sintéticos e marcados pela economia de palavras.
- b) **A noção de extensão das palavras:** entre duas palavras que podem designar um mesmo fenômeno, deve-se optar por aquela de mais fácil entendimento; entre duas palavras de fácil entendimento, deve-se optar pela mais curta; no telejornalismo, entre duas palavras simples e curtas, deve-se optar por aquela de mais fácil pronúncia.
- c) **A construção dos títulos e do lide:** essas duas estruturas clássicas do jornalismo são fortemente marcadas pela economia de itens, basta lembrar que até um passado recente, um lide (primeiro parágrafo de uma notícia), por convenção jornalística, não deveria exceder o total de 20 palavras; já os títulos, até os dias de hoje, são construídos observando-se uma regra implícita de não se extrapolar o limite de uma linha de texto.
- d) **Entre os substantivos e adjetivos:** opta-se por aqueles marcados pela concretude e mensuração, evitando-se terminantemente palavras marcadas pela excessiva abstração ou pela subjetividade mais declarada. **No caso dos verbos:** deve-se eleger aqueles que traduzem: a) ação; b) movimento; c) elocução. Assim, verbos que reportam situações pouco tangíveis devem ser evitados (como é o caso de ‘sonhar’).

Sobre escola, imprensa e registro verbal de prestígio

A linguagem jornalística tem papel de prestígio entre as referências para o exercício que acaba por desembocar em algo que se põe (ou se impõe) como padrão culto de linguagem escrita. A mídia e, mais especificamente, a imprensa escrita não ‘instauram’ uma regra, mas repercutem e balizam um perfil, marcadamente arbitrário, acerca do que deve ser um registro padrão culto de linguagem. Citelli (2006), investigando o uso da linguagem verbal nos meios de comunicação, mostra claramente o exercício de negociação permanente entre a diversidade linguística do país e as

características dos meios, tendo, como pano de fundo, “os ditames normativos do idioma” (p.53).

Sob o ponto de vista do ensino de língua materna, autores como Marcuschi (1998) e Perini (1991 e 1995) tomam com entusiasmo a ideia de se tomar a linguagem de imprensa como referência de gramática para uma linguagem padrão. Perini, por exemplo, assim justifica sua opinião:

[...] não só as formas e construções encontradas nos jornais e revistas são as mesmas dos compêndios e livros científicos, mas também não se percebem variações regionais marcadas: um jornal de Recife usa sensivelmente a mesma língua de um jornal de Porto Alegre ou de Cuiabá. Isto é, existe um português-padrão altamente uniforme no País; e podemos contar encontrá-lo nos textos jornalísticos e técnicos. É claro que também encontramos obras literárias escritas estritamente segundo esse padrão; mas não podemos contar com isso a priori: muitas obras literárias fogem a ele, utilizando variedades coloquiais ou mesmo pessoais. Sou de opinião de que os dados que fundamentarão a gramática devem ser retirados desse padrão técnico-jornalístico.

‘...Argumenta-se que uma das finalidades do ensino gramatical é conscientizar o estudante de sua língua da língua que ele deve aprender a manejar, seja lendo, seja escrevendo. Mas certamente muito poucos estudantes chegarão a produzir textos literários; digo mais: poucos chegarão a adquirir o hábito de ler textos literários. Mas é certamente necessário (embora ainda estejamos terrivelmente longe de consegui-lo) que eles cheguem a manejar a linguagem técnica e jornalística, pelo menos como leitores...

‘Não pretendo com essas considerações diminuir a importância do estudo da literatura, ou do domínio da linguagem literária. Mas acho que, em um sistema educacional que tão frequentemente deixa de alcançar o mínimo, é importante colocar objetivos mais realistas para o ensino da língua.

É por razões como essas que gostaria de sugerir que a gramática seja (pelo menos em um primeiro momento) uma descrição do português-padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística.’ (1991, p.86-8)

O exercício de tomar o texto de imprensa como referência de uma linguagem de prestígio é percebido desde meados do século 19 (ALENCASTRO, 1997). As diretrizes curriculares apontam no mesmo sentido. Dino Preti (1997) admite esse quadro, algo que, segundo ele, acaba por endossar propostas pedagógicas como a de Perini.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de Língua Portuguesa, em que pese a sugestão de diversidade de textos a serem explorados, dão lugar de destaque aos gêneros informativos de imprensa. Esse destaque se verifica nos PCNs voltados às primeiras séries (BRASIL, 1997) e também nas orientações atinentes às demais séries do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998). Embora não se diga com todas as letras acerca da priorização da imprensa, três grupos textuais surgem

destacados nos PCNs: a literatura, a imprensa (quase que unicamente a escrita) e a divulgação científica (em boa parte reportada pela própria imprensa). Também em termos aplicados, autores relevantes na área de letramento no país ancoram suas propostas de trabalho em textos de jornais e revistas (SOARES, 2002).

Se, por um lado, é possível argumentar que o registro de linguagem de prestígio está nos jornais impressos, por outro, é também sustentável a ideia de que o JN guarda características do mesmo registro (PRETI, 1997) e de modo ainda mais acessível ao público maior. A escolha específica do JN para a abordagem de vocabulário se deve ainda a fatores de ordem pedagógica. Uma delas diz respeito ao fato de que, diferentemente do ensino de línguas estrangeiras, quando um vocabulário-base é inerente a qualquer método de estudo, no ensino de língua materna, leva-se em conta outro princípio: conta-se com o fato de que, como o domínio do código vernáculo está profundamente associado à experiência de vida das pessoas, faz prevalecer o estudo de gêneros textuais, ou dos modos a partir dos quais se utiliza determinado vocabulário. Por outro lado, na escola, deixa-se a questão do vocabulário por conta da ação do professor, sem que, para isso, haja orientação formal. No entanto, o estudo de vocabulário pode se tornar um aliado do professor, levando-se em conta a multiplicidade de gêneros textuais em evidência, sobretudo, a partir do avanço das novas tecnologias e da própria diversificação dos formatos midiáticos.

Embora esvaziada de autocrítica, a obra de Bonner (2009) sobre o modo de produção do JN é elucidativa de um perfil de linguagem produzido com requinte, mesmo que pareça simples. Segundo o autor, o telejornal (JN) volta-se a um espectador modelo, cujo perfil é definido da seguinte maneira: “[...] um chefe de família trabalhador, protetor, classe média, nível intermediário de instrução, cansado, ao fim do dia” (BONNER, 2009, p. 223). Essa definição rendeu polêmica acirrada na imprensa brasileira, pois um dos exemplos utilizados por Bonner para “concretizar” esse espectador estaria na imagem do personagem Homer Simpson, do conhecido desenho animado da televisão, mas a linguagem pretendida pelo JN revela perfil mais complexo. A despeito da roupagem de coloquialidade que se põe nos telejornais, tem-se cuidadosa seleção de elementos, que extrapolam a componente coloquial – incluindo-se ‘dinamismo’, ‘ênfase’, ‘andamento’ e ‘ritmo’ – fugindo-se do plano da oralidade e pondo-se efetivamente no plano da escrita, como sugere Preti (1991).

O trabalho sistemático com esse perfil de linguagem na escola implicaria, portanto, o acesso: a) ao diálogo com um vocabulário requintado, mas próximo da

coloquialidade; b) ao perfil de língua materna compartilhada pela maioria dos brasileiros e construída no dia a dia da vida política e social do país e não nos gabinetes da academia ou da própria escola; c) ao registro de linguagem que torna possível a compreensão do universo político, ainda que em plano genérico. Enfim, ao identificarmos o vocabulário empregado no JN, em parte estamos descortinando uma linguagem corrente, mais próxima da relação entre as pessoas e as instituições no Brasil – relação essa que demanda um perfil de linguagem necessariamente mais apurado.

Mas qual seria o perfil de linguagem do JN? Em busca dessa resposta, empreendemos uma pesquisa de vocabulário desse telejornal, partindo das seguintes regras:

- a) Tomamos as edições integrais do JN publicadas nos meses de agosto de 2010 e de janeiro de 2011, em um total de 55 edições. Esses meses foram escolhidos de forma aleatória.
- b) Nos textos coletados, foram aproveitados apenas os substantivos, os adjetivos e os verbos, por estes melhor caracterizarem o domínio de conceitos acerca da linguagem e por serem aqueles termos menos ligados às construções linguísticas em si (como os dêiticos, só plenamente compreensíveis no contexto do discurso). Ainda assim, diversas opções foram feitas. Foram desprezados nomes próprios de qualquer natureza (incluindo siglas), patronímicos e palavras pertencentes originariamente a outras classes verbais, mesmo na suposta condição de substantivos ou adjetivos.
- c) Substantivos e adjetivos foram levados à forma do masculino singular e os verbos, à forma do infinitivo impessoal. No caso de palavras com sentido diferente entre as versões do gênero feminino e masculino, optou-se por preservar as duas acepções. Mesmo verbos no particípio foram levados à forma do infinitivo, exceto nas formas mais correntemente marcadas, como em “passado”. Importante frisar que o interesse esteve principalmente na ideia de campo semântico e não de um significado em si.
- d) Uma vez configurados nas formas consideradas primárias, os termos foram tabulados em planilha específica.
- e) Em virtude da enorme variedade de termos, é razoável observar uma margem de 5% de erro para a lista, o que significa a possibilidade de palavras

se apresentarem em maior número ou de serem contadas equivocadamente a menos.

Ainda que esbarremos na redundância, recapitule-se que a escolha do JN deveu-se aos seguintes fatores: a) trata-se do programa de televisão com maior audiência média na história da televisão brasileira; b) é o principal veículo de informação noticiosa entre os brasileiros já há décadas, fenômeno que persiste mesmo nos dias de hoje, quando existe enorme competição midiática; c) em virtude da necessidade de comunicação em um país heterogêneo como o Brasil, o JN apresenta linguagem compreendida por milhões de expectadores, dos mais diversos extratos culturais e econômicos, algo que o torna representativo do registro verbal de prestígio no país.

Para que servem os resultados?

Para a presente discussão, observamos apenas alguns dados. Diferentemente da ideia comum de que o vocabulário de maior prestígio é também o mais “difícil”, o JN se destaca por linguagem simples, com termos genéricos e, sobretudo, fáceis de ler em voz alta. Entre as duzentas palavras mais recorrentes, menos de 10% delas contam com mais de três sílabas. Se se leva em conta que entre as palavras que mais aparecem nas edições de agosto, mais de 60% delas também estão entre as mais recorrentes em janeiro, isso implica a existência de um vocabulário comum ao dia a dia do telejornal. Observe-se a lista abaixo, onde constam os vocábulos mais comuns entre os meses de agosto de 2010 e janeiro de 2011, em ordem decrescente de frequência, das colunas da esquerda para as da direita:

Ser	Poder	Presidente	País	Começar
Ter	Casa	Região	Morador	Conta
Ser/ir	Haver	Estado	Levar	Sair
Estar	Pessoa	Chuva	Conseguir	Afirmar
Ir	Ficar	Água	Passar	Parte
Ano	Dia	Governo	Área	Hora
Fazer	Chegar	Ver	Dar	Tempo
Dizer	Cidade	Gente	Voltar	Nacional

Dever	Brasileiro	Acontecer	Segurança
Receber	Local	Causa	Decisão
Mundo	Rua	Caso	Maior
Filho	Problema	Faltar	Justiça
Atingir	Entrar	Cair	
Carro	Vítima	Ajuda	
Querer	Continuar	Bombeiro	
Encontrar	Contar	Anunciar	
Trabalho	Primeiro	Repórter	
Família	Tragédia	Civil	
Vir	Público	Repórter	
Precisar	Meio	Civil	
Morrer	Situação	Próximo	
Equipe	Noite	Mãe	
Tentar	Dono	Lado	
Pedir	Ajudar	Defesa	
Ministro	Usar	Tomar	
Explicar	Chover	Fim	
Mulher	Momento	Lugar	
Novo	Município	Difícil	
Perder	Viver	Forte	
Mostrar	Provocar	Trabalhar	
Último	Saúde	Informar	
Saber	Fechar	Seguir	
Deixar	Médico	Parar	
Semana	Direito	Prefeitura	
Ministério	Risco	Força	
Vida	Número	Sistema	
Mês	Acabar	Preso	
Homem	Hospital	Pai	
Federal	Falar	Morto	
Polícia	Matar	Metro	
Passado	Esperar	Achar	
Declarar	Ponto	Abrir	

Embora haja aí palavras conhecidas pelos estudantes desde a experiência familiar e social, que podem ser reiteradas no trabalho escolar, existe também um conjunto mais complexo para o entendimento, com o qual a escola pode contribuir. É o caso de palavras-conceito, como “presidente”, “governo”, “ministério”, “município”, “prefeitura” e “justiça”, “civil”, entre outros.

Esse exercício não significa que o professor deva transformar sua aula em um grande glossário ou algo do tipo, mas sim que a escola deve também investir, de diferentes formas, em situações de aprendizagem que busquem fazer com que o aluno domine a linguagem empregada em veículos de maior prestígio. Isso significa que esse vocabulário de prestígio precisa ser explorado não isoladamente, mas em textos autênticos, pois, segundo Marcuschi (1998), os dialetos, bem como as variedades são igualmente respeitáveis, todavia o ensino deve ocorrer preferencialmente no dialeto considerado como variedade padrão. Tal regra vale até mesmo para o período que antecede a alfabetização plena do aluno.

Também não se pretende que o JN seja tomado como ponto de partida para a roteirização desse processo. Nós utilizamos desse representativo suporte, para mostrar a potencialidade do trabalho que envolva os textos midiáticos de maior prestígio. Em outro estágio de formação, poderia haver investimento na compreensão do registro dos principais jornais impressos e portais de informação.

Enfim, é prudente lembrar que palavras como “presidente” e “governo” são complexas mesmo para um adulto. Seu entendimento pleno se dá apenas no estágio das operações formais, em uma perspectiva piagetiana, ou no estágio de formação de conceitos, na concepção sócio-histórica vygotskiana, algo que, em tese, ocorreria na adolescência. Isso significa que é pouco produtivo fazer com que a criança domine termos como “governo”, mesmo que o termo apareça em textos acessíveis aos pequenos. Enfim, o que se quer frisar, no entanto, é o complexo papel que exerce o professor no exercício da instrução. Ele deve ser capaz de propiciar e discernir continuamente acerca da viabilidade de compreensão dos textos, assim como auxiliar no exercício de entendimento. Ajudar o aluno a se locomover por registros de linguagem de maior prestígio, como o da imprensa, não é apenas exercício para a plena compreensão de telejornais ou de jornais diversos, mas passo concreto na preparação para a cidadania.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, L. F. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: _____ (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BAHIA, J. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- BONNER, W. *Jornal Nacional: modo de fazer*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC, 1997.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução: 5ª a 8ª séries*. Brasília: MEC/SEF, 1998b.
- CITELLI, A. *Palavras, meios de comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2006.
- ERBOLATO, M. L. *Técnicas de codificação em Jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991.
- MACIEL, P. *Jornalismo de Televisão*. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzatto, 1995.
- MARCUSCHI, L. A. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. *Revista da ANPOLL*, n. 4, p.137-156, jan./jun. 1998.
- PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do Português*. São Paulo: Ática, 1991.
- PRETI, D. A linguagem da TV: o impasse entre o falado e o escrito. In: NOVAES, A. (org.) *Rede Imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- _____. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: _____. (org.) *O Discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 1997.